

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: TERRITÓRIO DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO NORTE DO ES

Sandro Nandolpho - CEUNES/UFES

Resumo: O avanço do agronegócio na Região Norte do ES, tem impactado profundamente as comunidades do campo, promovendo uma dupla expropriação, a da terra e a das subjetividades. A escola sob a perspectiva da Educação do Campo, tem sido um território de resistência e produção de subjetividades que se opõe a lógica de mercado e sua lógica consumista. Nesta perspectiva buscamos investigar a Licenciatura enquanto território estratégico de formação e produção de subjetividades e seus desdobramentos nos espaços escolares e respectivas comunidades. Na pesquisa realizada buscamos um diálogo teórico com José de Sousa Martins e sua sociologia crítica sobre a relação do capitalismo com o campo e Slavoj Žižek e suas análises sobre a produção de subjetividades na atual configuração do capitalismo. Os métodos utilizados foram o Estudo de Caso e o Método Analítico de investigação da psique. As conclusões parciais apontam para a Licenciatura em Educação do Campo, como território privilegiado de produção de subjetividades, em que a lógica do campesinato vem ocupando espaço, forçando uma reconfiguração da instituição universitária.

Palavras - Chave: Educação do Campo; Subjetividade; Território.

Por meio da Lei nº 601 de 1850, a terra tornou-se uma mercadoria cara, acessível somente a uma pequena parte da população brasileira com condições financeiras para adquiri-la, excluindo da possibilidade de aquisição ex - escravos, imigrantes e trabalhadores livres. A estes, desprovidos de condições financeiras, não havia outra alternativa se não trabalhar em terras alheias para um dia, eventualmente, quem sabe, trabalhar em sua própria terra. Esta conjuntura histórica, levou o sociólogo José de Sousa Martins, em seu livro "O cativo da Terra" a afirmar que "[...] o país inventou a fórmula simples de coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo, se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava"(MARTINS, 2013, p. 10).

Capitaneada pela economia de exportação e pelo latifúndio, a transição para o capitalismo foi marcada pela institucionalização da propriedade da terra como propriedade territorial capitalista, acasalando terra e Capital, promovendo uma profunda concentração de renda e um aumento do volume da reprodução ampliada do Capital, em outras palavras, tornou a terra cativa (MARTINS, 2013).

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

Com o fim da escravidão tanto negros, índios aculturados e mestiços, sofreram um intenso processo de exclusão não só da terra, como das novas configurações do trabalho livre, avolumando um contingente considerável de desvalidos e deserdados, que perambulavam por todos os cantos das grandes e pequenas cidades. Nesta mesma época o sistema de colonato em São Paulo, a peonagem e o regime de barracão na economia da borracha na Amazônia, representam segundo Martins (2013) os marcos de uma lógica híbrida que faz com que a economia funcione como economia capitalista, com bases em uma sociedade ainda organizada em relações sociais e valores pré-modernos.

Uma forma de servidão que persiste no Brasil e representa a incorporação de mecanismos de acumulação primitiva na formação e disseminação da grande e até moderna empresa agrícola, extrativa e pecuária. Em ambos os casos, o próprio empresário criou inventivamente ajustamentos econômicos que lhe permitiam ganhar como capitalista e pagar como senhor de escravos [...] (MARTINS, 2013, p 37)

O difícil acesso a posse da terra, o avanço dos grandes latifúndios e a inserção do trabalho livre como substituto do trabalho escravo, engendrou no Brasil, sob a lógica capitalista, variadas formas de relações não capitalistas de produção no campo.

O Capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É própria dessa lógica de exclusão, a *inclusão*. A *sociedade capitalista, desenraiza, exclui, para incluir*, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nesta inclusão (MARTINS, 1997, p. 32)

Neste complexo processo de desenraizamento, exclusão e inclusão, existem dois movimentos que merecem nossa atenção, por configurarem aspectos relevantes que fundamentaram nossa pesquisa sobre a produção social da subjetividade, envolvendo o Curso de Licenciatura em Educação do Campo no Centro Universitário Norte do Espírito Santo, na Universidade Federal do Espírito Santo, enquanto território de produção de subjetividade. O primeiro movimento, foi a imposição da dinâmica produtiva da agricultura capitalista à atividade produtiva familiar campestre, configurada na sua versão moderna pelo agronegócio. O segundo movimento, corresponde ao processo de estigmatização do homem do campo e da cultura campestre frente a necessidade de modernização da estrutura agrária do país.

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

Segundo Martins (2013) a tendência do Capital é tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. Ao longo do século XX, a lógica capitalista que encampou a produção agrícola brasileira, excluiu e incorporou de variadas formas, não só os imigrantes europeus como também o contingente de negros e mestiços e índios, do trabalho no campo.

A intensificação da subordinação do campo à indústria e a cidade, complexificou as relações de produção no campo, aumentando a expropriação e a exclusão não só da terra como do trabalho. Tal configuração da dinâmica agrária brasileira traz uma marca histórica nos conflitos pela terra no Brasil, frente ao processo de concentração fundiária, que é a violência.

O Agronegócio pode ser definido como um conjunto de empresas capitalistas que direta ou indiretamente estão relacionadas com os processos de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de origem agrícola, pecuária, florestal e agroextrativista, que são comercializadas com maior ou menor grau de beneficiamento (CARVALHO, 2005).

Nos últimos anos, com o avanço do agronegócio, a região norte do Espírito Santo, vem sendo tomada pela monocultura de cana-de-açúcar e pelo cultivo de eucalipto, Além de expropriar da terra inúmeras comunidades do campo o agronegócio também vem incorporando a sua produção pequenos agricultores, que abandonam a produção familiar autossustentável, para adotar a produção monocultora voltada para o mercado.

O avanço do Agronegócio, configurado por exemplo, pela Fibria, tem impactado fortemente os povos das águas, das terras e das florestas, como por exemplo, as comunidades quilombolas situados nos municípios vizinhos de São Mateus e Conceição da Barra. Tais comunidades estão cercadas de eucaliptos por todos os lados, sendo que a cultura do eucalipto e a dinâmica do Agronegócio, os impede de reproduzir as suas tradições como também os restringem economicamente a trabalhar por um salário reduzido em relação aos trabalhadores branco nas fazendas ou no "cato do facho" - coleta de gravetos para a produção de carvão.

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

Este cenário socio-histórico e cultural, de confronto de lógicas, de projetos de comunidade e sociedade, que buscaremos desenvolver uma pesquisa sobre as formas de expropriação da terra e seus impactos na produção da social da subjetividade.

Ao operar no território do mercado, o agronegócio, investe na criminalização dos movimentos sociais do campo e sua luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização deste tipo de luta popular. O controle do território e das formas de acesso a terra é o objetivo da mercantilização da Reforma Agrária. Nesta disputa de território, o cenário do campo caracteriza-se pela complexidade e variedade não só de embate e contestação a capitalização do campo, mas também nas suas relações com o mesmo (IANNI, 1985).

O agronegócio, ancorado pela mídia e pelo discurso de intelectuais vinculados as causas do Capital, vende a ideia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível, organizando as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza, comparando as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Como lógica hegemônica, o agronegócio, busca cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento, eliminando as diferenças sob a égide do mercado e demarcando uma agenda política tenha o negócio como referência.

Mas uma característica essencial da sociedade atual é ver o mercado se impor por toda a parte. As formas pré-capitalistas de auto-subsistência, de autoconsumação, são cada vez mais marginalizados. Os camponeses são ora expulsos de suas terras para se tornarem proletários, consumidores de produtos de mercado, ora obrigados a se tornarem eles mesmos produtores para esse mercado (assim, seguidores, também consumidores de outras mercadorias)" (GOUNET, 2000, p. 95).

No imaginário nacional o avanço do campo mercantilizado, impacta nas subjetividades não só do brasileiro como também na do homem do campo, nos últimos anos observa-se um movimento de transformação do caipira em consumidor. O estereótipo do caipira sobre o homem do campo contribuiu de forma significativa para o avanço do agronegócio e a consequente lógica de mercado que opera em busca de seu sujeito ideal, o consumidor

No ano de 1914 Monteiro Lobato criou um personagem bastante representativo do discurso moderno, surgido no alvorecer da república, sobre o homem do campo, seu nome, Jeca Tatu. Configurando a imagem estereotipada do homem do campo, pelo

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

homem urbano, moderno e civilizado, este personagem caracterizando o caboclo brasileiro é definido por Monteiro Lobato como uma:

[...] espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, como o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encosorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (LOBATO, 1994, p164)

Segundo Alves Filho (2003) o personagem Jeca Tatu passou por algumas transformações identitárias no pensamento de Monteiro Lobato, resultante das experiências socioculturais vivenciadas pelo autor. No entanto, foi a primeira identidade que mais se fixou no imaginário social como representativa da identidade do homem do campo – foi a do caipira: um personagem soturno, um tipo racial inferior, degenerado, produto de má eugenia, sem posse, sem tradição familiar, sem posse e analfabeto, um agregado preguiçoso e avesso a civilização responsável pelo atraso brasileiro que predominou entre 1914 e 1918.

Tal imagem do caipira, foi tecida em nosso imaginário social em torno do estereótipo da preguiça, uma representação ideológica, fundamentada nas teorias racistas em voga na época, comum ao pensamento da classe latifundiária vinculada aos setores exportadores. Partindo do estereótipo da primeira caracterização do personagem feita por Monteiro Lobato, a sociedade brasileira não só racionalizaria as desigualdades socioeconômicas existentes no país, como também representariam ideologicamente as classes subalternas a partir do mito da bondade e ingenuidade, forjando uma identidade para o homem do campo, a partir do moderno e do urbano (ALVES FILHO, 2003).

Segundo Martins (1990), o termo caipira constitui um sujeito que vive longe da cidade, é rústico, matuto, atrasado e preguiçoso, tal alcunha seria fortemente demarcada a perspectiva ideológica das classes dominantes que concebem o trabalhador rural e o mundo rural como tradicional. No entanto, o termo caipira também designa o trabalhador rural não assalariado, destituído da propriedade da terra, conhecido até 1950 como agregado, colono, tabaréu, matuto, morador de engenho e sitiante. Após 1950, caipira e camponês passaram a ser sinônimos, designando a situação de classe dos trabalhadores rurais, marcando a negação de seu reconhecimento como elementos contingentes do senhor de terras, como era denotado nos termos agregado, morador de engenho e sítiantes.

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

A perspectiva pejorativa que constitui o termo caipira para Martins (1986), estaria vinculada ao estabelecimento da cultura agrícola tradicional, com o caipira como ponto de apoio de efetivação do mundo capitalista e urbano no país. O caipira estaria no centro de uma ligação entre o urbano e o rural, pautada na relação de dependência do primeiro em relação ao segundo, tendo em vista que o mundo rural se configurando como mercado consumidor e comprador de mercadorias urbanas e também como fornecedor de produtos de preços baixos para a alimentação e o abastecimento dos grandes centros urbanos.

Neste sentido, a sociedade urbana brasileira, estabeleceria um vínculo unilateral de integração com o mundo rural tradicional, representando-o de forma subordinada a ela e não reconhecendo a sua própria dependência em relação ao estabelecimento agrícola tradicional. O caipira, seria uma construção ideológica, produzida pelo mundo urbano em relação ao mundo rural, que remeteria a ideia de baixa produtividade para justificar a submissão da sociedade agrária ao mercado, aos estilos de vida e as concepções urbanas (MARTINS, 1986).

O avanço no campo do agronegócio tem levado a agricultura camponesa e familiar a se integrarem a lógica produtiva do mercado. O processo de mercantilização não abrange somente a esfera tecnológica, englobam também as esferas da cultura, da imagem e do signo.

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social. *De camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que antes era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 1994 p. 126-7).

A revolução das telecomunicações situa-se de forma estratégica, como produtoras de imagens, signos, visões de mundo, estilos de vida e subjetividades, na legitimação do agronegócio como caminho para o desenvolvimento econômico, social e cultural do campo. Outra perspectiva aberta por este processo, é o constante movimento de sedução às

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

possibilidades de consumo, acesso e fruição dos mais variados bens de consumo, tornados essenciais para a felicidade do indivíduo.

Algumas pesquisas e estudos tem sido realizados no Brasil, sobre a inserção da lógica de consumo no campo, dentre eles, destacamos alguns que tratam da incorporação desta lógica pela juventude camponesa em algumas comunidades rurais brasileiras.

Menasche e Schmitz (2007), Gaviria e Pezzi (2007), Carneiro (1998), Castro (2005), apontam boa parte dos jovens pesquisados se dedicam a ocupações não--agrícolas, pois uma renda autônoma em relação a unidade de produção familiar permite o acesso aos bens de consumo, tal renda individualizada representaria a oportunidade de adquirir bens valorizados por pessoas da mesma faixa etária ao mesmo tempo que possibilitaria a incorporação de padrões estéticos que o deslocaria para uma não-estigmatização de sua condição de colono. Os jovens pesquisados, ao mesmo tempo que almejam bens urbanos, afirmam o campo, como o lugar de moradia desejado, como um lugar de calma, segurança, alimentos saudáveis, valorizando também seu pertencimento aos laços de parentesco e sociais que o ligam a família e a comunidade rural.

Partindo da lógica de mercado a "[...] maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada, primeiro e acima de tudo, pelo dever de desempenhar o papel de consumidor" (BAUMAN,1999, p.87). A lógica de mercado tem atingido o campo através do avanço do agronegócio e a as novas tecnologias de informação associadas a ela, e uma de suas estratégias busca atingir o plano das subjetividades, dos desejos, dos afetos, convertendo-as a sua lógica. Os bens de consumo são vinculados, no imaginário produzido pela mídia, como promotores ou facilitadores de vínculos pessoais, oferecendo status, inclusão social amizade e amor.

A conjugação do melhor dos dois mundos, por um lado a tradição representado pela família, localidade e cultura de origem, por outro a modernidade expressa na realização de um projeto autônomo, possibilitada pelo trânsito entre o rural e o urbano, tem sido simbolicamente representada pela motocicleta, bem de consumo, carregada de significados referentes ao estilo de vida urbano. A motocicleta como objeto de desejo, comumente adquiridos pelos jovens rurais, os possibilita uma mobilidade material e simbólica entre o que há de melhor em ambos os mundos.

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

A fuga do estigma de caipira, traz em si, uma busca por outras referências identitárias, que visam atender a necessidade de uma auto-imagem calcada numa estética urbana e seu respectivo estilo de vida. A necessidade de uma auto-imagem apreciada, que não gere mal estar, opera um direcionamento ao desejo em satisfazê-la, o desejo por sua vez, mobiliza mudanças na constituição da subjetividade. A questão que se coloca, é o agenciamento do desejo pela lógica do consumo, que se torna não só intermediadora, da satisfação, da realização e do bem estar como também reguladora da própria subjetividade, jogando-a também para a esfera do mercado.

A “subjetividade” do sujeito, e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável (BAUMAN, 2008, p. 20).

Os bens de consumo, além de atender as necessidades materiais, apresentam sentidos simbólicos, que estabelecem e mantêm significados e relações sociais que configuram identidades e construção de realidades. O consumo constitui-se como ritual cujo propósito é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos sendo um comunicador que fala de quem consome, de sua família, de sua localidade. Ao mesmo tempo que são necessários bens e serviços que saciem a fome e a sede e que forneçam abrigos, também o são para mediar as relações sociais (BARBOSA; CAMPBELL, 2006).

Partindo da dupla expropriação operada pelo Capital e sua lógica de mercado, a expropriação da terra e das subjetividades, buscamos investigar os povos do campo compreendendo-os como possuidores de seus próprios códigos de conhecimento e de sua própria concepção de destino, que são tão legítimos quanto os códigos e concepções adotadas por setores da sociedade vinculados a lógica do Capital, ao mercado e ao agronegócio.

A aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, representa um marco, nas políticas voltadas para a educação e as escolas do campo. Neste sentido, a Licenciatura da Educação do Campo, no Centro Universitário Norte do Espírito Santo, vincula-se a uma proposta de educação que esteja no campo e também seja do campo, ou seja, uma educação como prática social, que reconhece e busca segundo Caldart (2012),

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

[...] a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência de organização, de compreensão política, de modo de vida [...]. Seus desafios atuais continuam práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra-hegêmicas, ela exige teoria, e exige cada vez mais rigor de análise da realidade concreta [...] (p. 262)

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, resultado do processo de construção promovido historicamente pelo movimento de educação do Campo e de articulação com os sujeitos do campo, insere-se no Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), sendo um dos centros da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e está localizado em São Mateus, no norte do Estado. Buscando atender as necessidades educacionais da região norte do Espírito Santo, fortaleceu-se as parcerias e a participação das secretarias municipais de educação e organizações sociais do campo: Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST, Movimento dos pequenos agricultores – MPA, Regional das Associações dos Centros Familiares em Formação em Alternância do Espírito Santo – RACEFFAES, Comunidades Quilombolas e Indígenas, Colônia de Pescadores. (UFES/CEUNES, 2012).

Objetivando a formação de educadores do campo, para atender as realidades culturais e sociais específica dos povos do campo e diagnósticos sobre o Ensino Fundamental e Médio das comunidades do campo da região a serem beneficiadas, o projeto pedagógico do curso assinala que:

A formação para o Educador do Campo deve também garantir conhecimentos para dialogar com outras áreas visando a construção de um processo educativo articulado aos interesses dos povos do campo. Espera-se que os educadores sejam conhecedores dos movimentos sociais e dos debates promovidos no campo, para atuarem em práticas educativas escolares e não escolares comprometidas com a posse e uso sustentável da terra e a interação do meio comunitário com o escolar (através de pesquisas, estudos de campo, entrevistas na comunidade, etc.) (UFES/CEUNES, 2012, p. 93).

O curso proposto tem por finalidade formar licenciados em Educação do Campo, dentro da proposta dos princípios e do regime de Alternância, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais ou habilitação em Ciências da Natureza, sendo que o estudante deverá optar por uma das duas habilitações. O curso ocorrerá através de etapas presenciais que serão equivalentes a semestres de cursos regulares realizados em regime de alternância entre Tempo/Espaço Universidade e Tempo/Espaço Comunidade, permitindo o acesso e a permanência nesta Licenciatura dos professores em exercício além de não condicionar o

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

ingresso de jovens e adultos na educação superior à alternativa de deixarem de viver no campo (UFES/CEUNES, 2012).

A organização do Curso de Licenciatura em Educação do Campo dentro do regime e dos princípios da Pedagogia da Alternância, associada ao protagonismo dos movimentos sociais na sua construção e implementação, insere na universidade uma outra forma de se pensar a formação superior, que leve em consideração um dos pilares da Educação do Campo, que é, como aponta Cladart (2004), o direito da população de ser educada no lugar aonde vive, pensada desde este lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura e suas necessidades humanas e sociais, com uma preocupação política e pedagógica com o jeito de educar estes sujeitos.

A lógica em que a Licenciatura em Educação do Campo está assentada, vincula-se em uma subjetividade que opera a partir de alguns marcos, que deflagram estranhamentos a atual estrutura organizacional universitária, que produziu, segundo Chauí (2003), uma Universidade Operacional marcada por uma produção do conhecimento não mais pensada a partir de um projeto social de largo alcance ou no bem estar das pessoas, mas sim em suprir as necessidades do mercado capitalista. E nesta perspectiva operacional, configura-se no tripé ensino-pesquisa-extensão, uma lógica individualista e fragmentada na formação e produção de conhecimento, produzindo e reforçando um tipo de subjetividade alinhada a lógica de treinamento, mercado e consumo.

Pensar a formação superior a partir de marcos como por exemplo: alternância e auto-organização; contrastam com a lógica presente neste modelo de Universidade Operacional, forçando não só uma repensar organizacional como também as práticas e saberes que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, produzindo um campo de subjetividade diverso, mais enraizado na perspectiva da construção coletiva do conhecimento.

Na alternância o movimento de formação ocorre em tempos e espaços distintos, o tempo comunidade/universidade, através de um método organizado de forma a valorizar a troca da experiência da vida, os saberes e práticas das comunidades camponesas com as teorias e práticas acadêmicas da universidade. Os temas geradores, os planos de estudos, os processos de sistematização e aprofundamento das questões a serem investigadas nos tempos e espaços da comunidade, impõe um desafio a lógica organizacional disciplinar

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

que serve de parâmetro para a organização do tempo universitário. Incorporar o tempo comunidade no computo das horas de encargo docente seja nas esferas do ensino, da pesquisa e extensão, pressupões não só uma regulamentação nos órgãos superiores da universidade, mas também um processos de subjetivação de uma outra lógica formação, que propõe outras formas de relação entre ensino, pesquisa e extensão, em que uma está contida na outra e vice-versa.

Dentro da perspectiva da alternância, desenvolve-se o trabalho como principio educativo de inserção da realidade, que inclui o trabalho produtivo e o autosserviço, ou seja, a prestação de serviços nos espaços coletivos. a auto-organização por sua vez, marca a influência da construção do coletivo na formação individual, potencializando as ações coletivas no processo de aprendizado, como também fundamentando e consolidando uma forma de subjetividade calcada na construção coletiva do conhecimento, da vida, que se expressa em uma nova ética para novas relações sociais.

A prática de auto-organização enquanto principio formativo em cursos de formação superior na universidade, trazida pelos alunos oriundos de escolas e movimentos sociais, rompe com a prática cotidiana de interação dos alunos, com os espaços que ocupam, no caso a universidade, e os sujeitos que lá trabalham. Na lógica universitária operacional, a organização é hierárquica e individualista, as demandas tendem a ser reduzidas ao individual, mesmo os espaços em que o coletivo se faz presente, a experi[^]wencia e os encaminhamentos tendem a ser individualizados.

Organizando-se em comissões os alunos, na vivencia da auto-organização, agilizam e encaminham as demandas do coletivo, que contemplam, na medida do dialogado e acordado, as demandas individuais, em um franco exercício de construção coletiva e solidária de novas lógicas e experiências de subjetivação de valores e práticas formativas. A auto - organização também impacta na forma como a construção e socialização do conhecimento é vivenciada, levando toda a potência da ação educativa para os fazeres discentes, deslocando o centro de poder do indivíduo para o coletivo.

Os resultados parciais da pesquisa, apontam que a atual política de governo tem privilegiado a lógica empresarial da gestão educacional, o que tem reconfigurado a correlação de forças dentro do Estado e condicionado as políticas públicas educacionais,

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

com o corte de financiamentos, o fechamento de escolas do campo, e um recuo frente ao princípio da alternância na gestão dos tempos escolares. Uma política que tende a se alinhar e a corroborar com a lógica mercadológica do agronegócio, incidindo sobre o território escolar, e reforçando uma forma de subjetividade, marcada pelo consumismo. Por outro lado, a criação da Licenciatura em Educação do Campo, além de um espaço de construção e afirmação de subjetividades, constitui-se em um território estratégico, na correlação de forças políticas em relação a educação voltada para o campo. Um território que precisa e está sendo ocupado e reconfigurado a partir de outras lógicas educacionais, de outras formas de produção de subjetividades.

Neste sentido a Licenciatura em Educação do Campo, como território privilegiado de produção de subjetividades, em que a lógica do campesinato vem ocupando espaço, forçando uma reconfiguração da instituição universitária. As práticas e saberes dos povos da terra, das águas e das florestas constituem fortes elementos produtores de uma subjetividade não alienada, integrada e enraizada aos ritmos ecológicos da natureza, podendo constituir, se potencializada para isto, identidades marcadas por uma compreensão mais profunda de seu pertencimento socio-ambiental, das relações de força que atravessam tais pertencimentos.

Neste sentido, reconfigurar a universidade a partir dos saberes e práticas materiais e imateriais dos povos da terra, das águas e das florestas podem potencializar a constituição de subjetividades de uma outra ordem, diversa daquela proposta pelo lógica de mercado e reforçada organização universitária operacional, como o possível pode se estabelecer, na forja de sujeitos cuja a constituição subjetiva e identitária seja ao mesmo tempo, integradora, combativa e criativa.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALVES FILHO, Aluizio. **As metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato**. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

BARBOSA, Lúvia; CAMPBELL, Collin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: _____ (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et al. (Org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis:Vozes, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro : UFRJ/PPGAS, 2005.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. [online]. 2003, nº24, p 5-15.

GAVIRIA, Margarita Rosa; PEZZI, Silvana Maria. O poder simbólico da renda na mobilização social dos jovens de comunidades rurais. In: MENASCHE, Renata (Org.) **Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

GOUNET, Thomas. Fim do trabalho, fim do emprego? In. CARRION, Raul K; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Orgs.). **Crise do Capitalismo Globalizado**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000, p. 93-111.

IANNI, Octávio. Revoluções Camponesas na América Latina. In. SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone Editora, 1985, p. 15-45.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense. 1994

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da Terra**. São Paulo. Contexto. 2013.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: VOZES, 1990.

_____. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MENASCHE, Renata; SCHMITZ, Leila Claudete. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, Renata (Org.) **Agricultura familiar à mesa:** saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

UFES/CEUNES. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.** 2012. Disponível em: <
<http://www.ceunes.ufes.br/downloads/geral/PPC%20Licenciatura%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.pdf>> Acesso em 20/10/2014.